

HABEAS CORPUS Nº 463.316 - GO (2018/0200895-8)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : LEONARDO MARQUES VILELA E OUTRO
ADVOGADOS : LEONARDO MARQUES VILELA - MG123121
JOYCE ARIELE SILVA MEIRELES - MG147363
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : FRANCISCO ALEXANDRE LUCAS

EMENTA

HABEAS CORPUS. NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE OITIVA DO PACIENTE PARA CONSTITUIR ADVOGADO. PRECLUSÃO. ALEGADA FALTA DE DEFESA TÉCNICA. IMPROCEDÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FRANCISCO ALEXANDRE LUCAS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás na Revisão Criminal n.º 78013-31.2016.8.09.0000.

O Paciente foi condenado, juntamente com outros acusados, à pena de 71(setenta e um) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 100 (cem) dias-multa, como incurso nos arts. 157, § 3.º, *in fine* (três vezes); 157, § 2.º, incisos I, II e V; e art. 288, parágrafo único, todos do Código Penal, c.c. os arts. 8.º da Lei n.º 8.072/1990 e 29 do Código Penal, em concurso material (fls. 1.064-1.065 e 1.095).

Extrai-se do aresto atacado, em síntese, que (fl. 1.215):

"[...] na cidade Posse, os denunciados e pessoas não identificadas, integrantes de uma organização criminosa, fortemente armados com fuzis, espingardas, pistolas e uma metralhadora antiaérea, estrategicamente fixada em tripé na carroceria de um veículo, subtraíram, para si, mediante grave ameaça e violência, a importância aproximada de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), das três agências bancárias da cidade, Bancos Itaú, Bradesco e do Brasil, efetuando disparos de arma de fogo, causando ferimentos nas vítimas Antônio José de Almeida Neto e Edmea Régis Valente, eficientes ao êxito letal [...]."

O Tribunal de origem deu parcial provimento à apelação para reduzir a reprimenda para 67 (sessenta e sete) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial

fechado, e 43 (quarenta e três) dias-multa (fls. 1.214-1.246)

Ajuizada revisão criminal, a Corte *a quo* considerou o Paciente carecedor de ação.

Irresignada, a Defesa impetrou o HC n.º 402.513/GO nesta Corte.

Em julgamento relatado pela Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, esta Sexta Turma concedeu a ordem, determinando ao Tribunal *a quo* o exame das alegações de nulidades processuais suscitadas na revisão criminal, "*decorrentes da nomeação de defensor dativo e da suposta falta de defesa técnica.*"

Sobreveio, assim, o aresto ora atacado, que conheceu e julgou improcedente a revisão criminal, sendo o acórdão ementado nestes termos (fl. 1.398):

"REVISÃO CRIMINAL. NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. 1 - Assegurado ao requerente os princípios do contraditório e ampla defesa, não há nulidade processual ser reconhecida. 2 - Revisão criminal conhecida e julgada improcedente."

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 1.416-1.420).

Daí a presente impetração, em que a Defesa alega a existência de nulidade, pois a advogada constituída, mesmo intimada, em audiência, no dia 11/07/2006, não apresentou defesa prévia, tendo o magistrado nomeado um defensor dativo sem ouvir, primeiro, o Paciente para que pudesse constituir um novo causídico, ainda mais porque o Sentenciado estava preso desde 2003.

Aduz que, "*uma vez verificado pelo magistrado que o acusado se encontra indefeso, é obrigação deste magistrado desconstituir a defesa. Porém, antes de nomear um advogado a ele, é obrigatório que o acusado tenha a oportunidade de nomear outro advogado, o que não aconteceu no caso em tela*" (fl. 12; grifos no original).

Afirma ser equivocado o argumento do acórdão impugnado, de que a advogada que o representava era nomeada, e não particular, pois, em realidade, houve um "*erro in judicando*" na ata da audiência e a advogada era, sim, contratada pelo ora Paciente, à época (fl. 15).

Argumenta que a "*advogada Meyre Marques Bastos que estava inerte há dois anos (desde a audiência de interrogatório do paciente), e foi substituída pelo advogado dativo, decidiu se manifestar nos autos como defensora de Francisco Lucas,*

sendo a petição apreciada pelo juízo. E apesar de requerer o indeferimento de diligência requerida pelo Ministério Público, não trouxe nada minimamente significativa à defesa do paciente" (fls. 21-22).

Assere que a defesa engendrada pelo advogado dativo foi pífia, o que equivale à total ausência, sendo flagrante a nulidade.

Ressalta, nesse ponto, que *"até o dia 04/03/2009 o paciente estava preso e seu advogado sequer requereu sua liberdade. Esta foi concedida de ofício pelo magistrado por excesso de prazo na formação da culpa, considerando que a prisão estava prestes a completar 5 anos" (fl. 22) e que, "apesar de o paciente ter negado participação no crime, e não haver quaisquer provas de que o mesmo tenha participado, o defensor em três páginas, afirma que os réus praticaram o ato ilícito e devem ser condenados!" (fl. 23).*

Invoca a Súmula n.º 523 do Supremo Tribunal Federal (fl. 30).

Pede, liminarmente, seja suspensa a execução da pena. No mérito, pleiteia a concessão da ordem para declarar nulo o processo desde o ato de apresentação da resposta à acusação.

A liminar foi indeferida às fls. 1.478-1.480.

As informações foram prestadas às fls. 1.484-1.517.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fls. 1.521-1.530).

É o relatório.

Decido.

De início, consoante relatado, a Defesa afirma que a advogada que representava o Paciente, inicialmente, após estar inerte há dois anos, *"decidiu se manifestar nos autos como defensora de Francisco Lucas, sendo a petição apreciada pelo juízo. E apesar de requerer o indeferimento de diligência requerida pelo Ministério Público, não trouxe nada minimamente significativa à defesa do paciente" (fls. 21-22).*

Nesse contexto, cabia à mencionada advogada, no primeiro momento em que lhe coube falar nos autos, após à mencionada inércia, arguir o suposto cerceamento de defesa, o que não foi feito.

Desse modo, verifica-se a existência de preclusão sobre o tema, o que torna descabido o reconhecimento da nulidade postulada.

Nesse sentido:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CONDENAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA ANTE A AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA DEFESA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A NÃO LOCALIZAÇÃO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO.

1. Pelo que se tem dos autos, não há que se falar em nulidade por cerceamento de defesa quando, além da ausência de comprovação de prejuízo, a instância ordinária pontuou que o advogado constituído pelo paciente para defendê-lo na ação penal a que responde, após a certificação da não localização de testemunha arrolada, obtendo vista dos autos fora da serventia judicial, nada manifesta a esse respeito, silêncio que leva à preclusão temporal da prova, não podendo arguir em momento procedimental diverso, inviabilizando o reconhecimento da nulidade (fl. 372).

2. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 474.587/GO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 07/03/2019.)

Ainda é digno de nota o que consignou o voto do Desembargador Relator da Revisão Criminal, destacando a atuação de vários advogados durante a tramitação do processo-crime em tela e a concordância do réu com as indicações, porque, em nenhum momento, apresentou qualquer descontentamento, aliás, até fez petições de próprio punho, demonstrando total conhecimento do que se estava a discutir nos autos e a situação processual. Confira-se:

"Percebe-se que no início do processamento da ação penal, no momento do interrogatório do requerente, mediante carta precatória expedida à Comarca de Belém-PA, ele foi assistido pela Dr^a. Meire Marques Bastos, a qual devidamente nomeada e intimada deixou de apresentar defesa prévia, em razão disso, no Juízo de origem - Comarca de Posse - GO, o magistrado de piso cumprindo o preceito legal, nomeou outro defensor que de forma motivada rejeitou a nomeação, em razão disso ocorreram sucessivas indicações de advogados, os quais de maneira fundamentada também não acataram as nomeações. Em razão disso, o MM. Juiz de Direito realizou várias nomeações até ser acatada por um defensor, cumprindo assim o preceito previsto no inciso LV, do artigo 5º da Constituição Federal e

artigos 621 e 623 do CPP.

Do exposto, causa estranheza a alegação de nulidade por cerceamento de defesa, porquanto, percebe-se que durante toda a instrução processual o processado ora requerente esteve assistido por advogados e em momento algum sequer questionou a respeito das nomeações ou insatisfação com vários defensores, ao contrário, concordou a todo tempo, bem como apresentou de próprio punho e em causa própria, pleitos que entendeu ser necessário, por conseguinte não há que se falar em cerceamento de defesa."

De outra parte, quanto à suposta ineficiência da defesa técnica, convém registrar que, nos termos da Súmula n.º 523 do Supremo Tribunal Federal, "[n]o processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu".

Consoante bem observado no parecer ofertado pelo Ministério Público Federal, "[...] além de praticados todos os atos pelo defensor dativo nomeado, não se pode inferir da resposta ao aditamento da denúncia a confissão do crime, mas tão somente a concordância com a inclusão, na denúncia, da prática dos delitos em continuidade delitiva, nos termos do art. 71 do CP, tese mais favorável ao réus" (fl. 1.530).

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora